

A Educação Intercultural: um Panorama Teórico sobre a Diversidade Cultural e a Escola

Elizabeth Ramos da Silva (*)

Maria Amélia Reis (**)

Introdução

O debate sobre a diversidade cultural tem sido uns dos principais temas de discussão no âmbito das ciências sociais e uma das principais preocupações políticas na contemporaneidade. Ao final da Segunda Guerra Mundial – em que o mundo assistiu e se sensibilizou com a morte de milhares de não arianos – se assistiu a um aumento nos esforços políticos para construir uma sociedade mais justa, solidária e livre de preconceitos (seja, por raça, cor, etnia, sexo entre outros). Porém, o racismo ainda continua presente no corpo social, aparecendo de outras formas, sendo denominado de “novo racismo” ou “racismo cultural” (Bader, 2008).

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura preconiza a adoção da diversidade como tema central desde a década de 1960 (Unesco, 2009), porém, somente em 2001 foi criado o documento internacional (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural) que coloca de forma oficial a posição da organização frente a pluralidade cultural, influenciando medidas e políticas no mundo todo. Em 2005, a UNESCO lança a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais que vai reforçar aquilo que foi enfatizado no documento anteriormente citado.

Para a UNESCO, a diversidade cultural “amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (2002). No documento é posto a defesa da diversidade

(*) Mestranda em Educação pela Universidade de Aveiro – Portugal.

(**) Professora do Departamento de Didática da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

cultural como algo fundamental para o respeito e para a dignidade do ser humano. Dessa forma, para a organização internacional, é essencial que as pessoas de diferentes culturas tenham liberdade de se expressar culturalmente e o direito a uma educação que respeite as diversas identidades.

Assim sendo, a diversidade cultural torna-se um tema central nos debates políticos e científicos nos dias atuais, sendo de fundamental importância compreender e refletir sobre as discussões realizadas para que possamos construir verdadeiramente uma sociedade e uma escola que valorize a diversidade e que esta seja um meio de enriquecimento e de desenvolvimento pessoal e social.

Nesse caminho, o presente artigo acentuará algumas questões relevantes para a abordagem de uma educação intercultural, tendo como objetivos: (1) descrever um panorama teórico sobre a diversidade, e (2) compreender os desafios e a importância da educação intercultural. Cabe ressaltar que este trabalho faz parte de uma investigação iniciada em 2010 no mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Aveiro, em Portugal.

Multiculturalismo e interculturalismo

Para Perotti (1997), a pluralidade começou a ser vista como um problema quando a cultura denominada “diferente” passou a ameaçar as identidades e as culturas majoritárias. Como nos aponta o mesmo autor, a pluralidade colocou em questionamento os saberes e os valores tidos como universais, passando a reconhecer a construção sócio-cultural dos mesmos.

Dessa maneira, surgiram três tipos de respostas para lidar com essa diversidade: assimilacionista, integracionista e pluralista. O primeiro acreditava que a integração dos imigrantes deve ser realizada através da assimilação da cultura do país de acolhimento, tendo os estrangeiros de se adaptar aos diferentes costumes. Sendo assim, “pretendia-se que as minorias étnicas assimilassem a cultura da sociedade receptora, anulando todos os factores de diferenciação, ou seja, deixando de ser minoria, propriamente dita” (Martins, 2008, p. 30).

A segunda, a perspectiva integracionista, vê na integração social e na tolerância uma saída para lidar com os conflitos multiétnicos.

Já a perspectiva pluralista acredita que deve se reconhecer a diferença, respeitando e valorizando os saberes das diversas etnias. Sendo a atual perspectiva de intervenção, defende-se a coexistência das culturas no mesmo espaço, sendo fundamental o diálogo com

o “outro” para que os diferentes possam conviver juntos. Dentro desta visão, duas linhas se formaram: o multiculturalismo e o interculturalismo.

O multiculturalismo surgiu em meio a um contexto de imensos confrontos entre grupos étnicos diferenciados. Buscando valorizar e obter o direito a preservar suas características culturais, os grupos culturalmente dominados passam a reivindicar o respeito e o reconhecimento de seu grupo. Segundo Gonçalves e Silva (1998), “ele [multiculturalismo] teve início em países nos quais a diversidade é vista como um problema para a construção da unidade nacional” (1998, p. 22). Os primeiros a defenderem o multiculturalismo foram os negros nos Estados Unidos.

O conceito de multiculturalismo se inscreve em um movimento que defende a valorização e o reconhecimento das diferentes identidades culturais, bem como a inter-relação entre os indivíduos de diversos grupos culturais. Para Gonçalves e Silva “uma das formas como o multiculturalismo se apresenta para o conjunto da sociedade, a saber: enquanto estratégia política. Mas tem sido entendido, também, como uma espécie de corpo teórico, que deve auxiliar ou orientar a produção do conhecimento” (1998, p. 15).

A questão do multiculturalismo abarca também mudanças epistemológicas na medida em que pensar a pluralidade cultural numa perspectiva complexa e relativizadora, põe em questionamento a epistemologia tradicional que via o conhecimento como único e estático, sem considerar a influência sociocultural na construção desses saberes.

(...) trata-se de postular uma epistemologia dinâmica versus uma epistemologia essencialista e substancialista, uma epistemologia do complexo versus uma epistemologia do simples, uma epistemologia do tempo contraditório versus uma epistemologia do tempo linear, uma epistemologia dialógica versus uma epistemologia monológica, uma epistemologia idiográfica versus uma epistemologia nomotética e uma epistemologia ecológica versus uma epistemologia tecnológica (André, 2005, p. 107).

Sendo assim, através do movimento negro muitas pesquisas sobre as questões étnicas vão sendo realizadas nas universidades. Pessoas pertencentes às minorias étnicas passam a reivindicar o reconhecimento da sua cultura dentro da escola como forma de valorização de uma cultura que durante muito tempo foi discriminada e silenciada. Nesse caminho, surgem os defensores da educação multicultural. Dentre eles, um dos mais importantes foi James A. Banks, que dirige um centro de estudos de educação multicultural na Universidade de Washington.

A educação multicultural, para Banks (1994), é uma educação para a liberdade, em que alunos de diversas etnias possam sentir-se valorizados pelo reconhecimento da sua cultura e possam receber igualdade de oportunidade. Para o autor, o termo se conceitua como “an reform movement designed to restructure schools and other educational institutions so that students from all social-class, racial, cultural and gender groups will have an equal opportunity to learn” (1994, p. 10).

O mesmo autor salienta que a Europa mantém uma dívida histórica com os países africanos, asiáticos e americanos e que deve ser reconhecida e quitada através de uma reforma curricular em que os conhecimentos e os valores destes possam ser também valorizados. O número de negros e imigrantes de diversas partes do mundo se intensifica a cada dia, aumentando a luta dos mesmos por direitos e reconhecimento. Segundo o autor “they also want school to discuss not only the diversity and democratic ideals of western civilization, but also its failures, tensions and dilemmas” (Banks, 1994, p. 4)

A escola, para esse mesmo autor, deve ensinar aos alunos que os conhecimentos são construídos socialmente, variando de acordo com a cultura e com o contexto socio-histórico. De acordo com Banks, “to create and maintain a civic community that works for the common good, education in a democratic society should help students acquire the knowledge, attitudes, and skills” (1994, p. 1).

O termo “Intercultural” surgiu na França na segunda metade do século XX. O mesmo vem se diferenciar do multiculturalismo no que diz respeito às suas ideologias. O multiculturalismo aparece como um movimento que constata e reconhece as diferenças culturais existentes nas sociedades atuais. O interculturalismo, para além disso, procura encontrar estratégias de comunicação e de interação entre as diversas culturas, pois é através dessa abertura de trocas de saberes com pessoas e culturas diversificadas que é possível reconhecer, compreender e enriquecer a si próprio e ao outro (LAGOA, 1995).

Dessa forma, a interculturalidade “é uma atitude humanista que deseja o diálogo, o respeito pelas diferenças e a compreensão mútua” (ARAÚJO, 2008, p. 58). Lagoa (1995, p. 124)) acrescenta que o termo surge “como o conjunto de processos psíquicos, relacionais, grupais e institucionais gerados pela interação de culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação”.

Esse movimento defende a *integração pluralista*, onde se valoriza a integração e as trocas de saberes entre as diversas etnias a fim de construir uma sociedade solidária e aberta às diferentes visões de mundo. Porém, é importante frisar que a interculturalidade pretende, para além de reforçar as identidades locais, obter o diálogo entre o universal e o particular, oferecendo a todos o acesso a diferentes tipos de saberes. Como afirma Lagoa (1995), a comunicação com os conhecimentos globais não nega as particularidades culturais na medida em que essa universalidade for construída a partir do local.

A interculturalidade pretende construir identidades com base na afirmação da cultura de cada um, porém essas identidades devem estar abertas a outras culturas. Para Lagoa (1995) só é possível uma verdadeira interação e troca de saberes (com pessoas diferentes) quando se constrói uma identidade na qual se afirma e reconheça a sua própria cultura.

Sendo assim, a educação que segue as linhas do pensamento intercultural deve construir práticas que eliminem a hierarquização de culturas, qualquer tipo de preconceito (seja por raça, cor, género entre outros) e a desigualdade de oportunidade. Como salienta Araújo (2008, p. 65), “a educação intercultural visa o dialogo interativo entre as diferentes culturas com efeitos ao nível do respeito de cada indivíduo pela sua cultura quer pela cultura do outro”.

Entre o global e o local: as identidades na sociedade globalizada

A questão da identidade no mundo globalizado aparece como um tema central nas discussões sobre diversidade, pois a construção da mesma – que era vista como única e totalizante para todos os indivíduos de uma nação – hoje é contestada e repensada por uma sociedade que se vê diante de uma imensa diversidade cultural, causada pelas migrações e pela miscigenação, originando uma teia de identidades possíveis de que o indivíduo pode vir a assumir.

Num momento anterior a essa crise de identidade, a sociedade moderna era construída com base na ideia do Estado-Nação. Tal ideia era baseada numa definição em que a nação era reconhecida como uma comunidade dos cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime ou governo e tem uma comunhão de interesses, a coletividade dos habitantes de um território de tradições, aspirações e interesses comum e subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado, excluindo o poder executivo. Com isso, as nações eram vistas como sociedades homogêneas, possuindo

mesmos interesses, mesma língua, mesma cultura e os mesmos valores, impedindo qualquer peculiaridade sobressair.

Essa ideia de Estado-Nação, como nos aponta Perotti (1997), é questionada na medida em que a identidade, até então vista como unificada, é sobreposta a uma realidade em que a pluralidade de culturas destrói a unidade defendida no conceito de “nação”. Foi o avanço das tecnologias de comunicação e de informação que possibilitou esse aumento da interação entre os diferentes povos, obrigando aos indivíduos a conviverem com a diferença.

Alain Touraine (1997) afirma que precisamos aceitar a decomposição do modelo modernista. Para o autor, o reforço das identidades se dá devido à morte da “sociedade” e do “eu”, dando origem às comunidades. O surgimento do comunitarismo teria como causa a defesa e a resistência das identidades contra o processo homogeneizante da sociedade de consumo e tecnológica, sendo definido pelo autor como um agrupamento de pessoas que se unem por identificação para defender e preservar a sua identidade.

A motivação para a luta pelo reconhecimento das identidades advém do sofrimento causado pela dilaceração da sociedade, sendo umas das principais forças de resistência. Touraine nos aponta que vivemos sobre ruínas das ideias Iluminista, onde a racionalidade (tão fortemente defendida) é abalada pelo retorno da cultura e da religião.

Durante muito tempo, a nossa patologia principal proveio do peso repressivo que as interdições e as leis exerciam sobre nós, vivemos uma patologia inversa, a da impossível formação de um Eu, quer ele esteja afogado na cultura de massa ou encerrado em comunidades autoritárias (Touraine, 1997, p. 82).

Stuart Hall (2006) argumenta em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* que aquela concepção de identidade da modernidade passou não mais a ser inabalável, mas questionável e passível de superação. O autor expõe três concepções do sujeito: a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico; c) sujeito pós-moderno.

Durante o Iluminismo, a idéia que se tinha era que o indivíduo fosse um sujeito centrado, dotado de razão e possuidor de um de núcleo interior que nascia com ele e se desenvolveria ao longo do tempo sem qualquer relação com o meio social.

O sujeito sociológico continua com o centro do sujeito do iluminista, mas agarra a idéia de que o meio social tem um grande papel na construção da identidade. Como dissertou Hall, “a noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior não era autônomo e auto-suficiente, mas era

formado na relação, que mediava, valores, sentidos e símbolos” (2006, p. 11). Assim, a ideia que se tinha, segundo o autor, era que a identidade fosse formada na interação entre o “eu” (núcleo interno) e a sociedade.

Estas concepções de identidade, apresentadas acima, são questionadas, pois o sujeito que antigamente tinha uma identidade estável e unificada agora tem sua identidade fracionada, podendo possuir mais de uma identidade. Esta modificação é decorrente, segundo Hall (2006), de uma profunda transformação estrutural e institucional. Dessa forma, a identidade pós-moderna não é fixa nem permanente, ela é móvel, sendo formada e transformada, pois “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em torno de um eu coerente” (Hall, 2006, p. 13).

Segundo Hall (2006), a “morte do sujeito moderno” está intimamente relacionada com o fenômeno da globalização. A diversificação de representações e significações que surgiram com as trocas culturais possibilitou uma multiplicidade de identidades possíveis que o indivíduo pode vir a assumir. Dessa forma, a identidade se transforma a todo momento, sendo uma construção social e histórica.

Podemos notar que as identidades hoje são múltiplas e podem construir e se reconstruir a todo momento. O indivíduo se vê dentro de uma batalha. Ao mesmo tempo em que a globalização os força a se interligar, a consumir e a estar dentro de padrões e regras universais, o local reaparece e fortalece peculiaridades culturais, reivindicando o seu reconhecimento. Essas lutas desencadeadas pelas minorias étnicas originaram novas políticas nacionais e internacionais para lidar com a diversidade.

Sabe-se que a globalização mudou a noção de tempo e espaço fazendo com que as culturas, os valores e os saberes de diferentes países pudessem estar em constante troca, transformando e inovando novas formas de agir, de pensar e de construir identidades. Hall nos aponta que “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importante” (2006, p. 73).

Perotti (1997) utiliza o termo “nodal” para se referir a essa sociedade que permite que o indivíduo esteja numa rede de múltiplas identidades. Dessa forma, o autor expressa que a Humanidade já não pertence a um todo social. As identidades locais cada vez mais têm se fortalecido e ocupado um lugar significativo no mundo atual.

Porém, essa luta pelo reconhecimento torna-se demasiado radical na medida em que esses grupos se fecham a qualquer outra cultura com a justificativa de preservar ou resgatar os valores do grupo. O fundamentalismo religioso e cultural reaparece e dá origem a novos tipos de racismo e xenofobia (Touraine, 1997; Perotti, 1997; Wieviorka, 2008). Como nos aponta Wieviorka, “uma vez que as identidades culturais particulares prosperam e pedem reconhecimento, ao ponto de, por vezes, entrarem em concorrência, também elas comportam dimensões radicalizadas nas quais o racismo depressa encontra o seu lugar” (2008, p. 254).

A diversidade brasileira: uma história de exclusão e desigualdade

A questão da diversidade cultural no Brasil sempre foi um tema polêmico. Desde a colonização, em que negros, brancos e índios se misturaram formando um país mestiço, esse problema da diversidade deu origem a diversos debates e medidas políticas, como por exemplo, a proibição por lei das práticas culturais de origem africana. Os negros ao chegarem no país, na situação de escravo, sofriam com as imensas violências físicas, psicológicas e culturais praticadas por um grupo que tinham como premissa a superioridade de sua cultura perante a dos negros (NASCIMENTO, 2001). Fincada em uma epistemologia assimilacionista, acreditavam que eram mais evoluídos historicamente e culturalmente. Nesse sentido, detinham mais culturas e mais conhecimento acerca do mundo, julgando-se civilizados.

Os negros e/ou afrodescendentes desde então sofreram vários tipos de discriminação e exclusão. Após a abolição, em 1888, os negros não tiveram nenhuma condição para sobreviver na sociedade brasileira. Os grandes fazendeiros e os governantes não tiveram nenhuma responsabilidade de fornecer moradia, educação, trabalho e saúde aos ex-escravos, deixando os mesmos caírem na miséria (NASCIMENTO, 2001). Desde então, as desigualdades de oportunidade entre negros e brancos se tornaram profundas. Como exemplo, foi somente em 1932, com o movimento da escola nova, que a educação passou a ser um direito de todos, não importando a cor, etnia ou gênero. Percebe-se que durante muito tempo só teve o direito à educação aqueles que eram denominados “brancos”.

No Brasil, a discriminação racial e étnica é camuflada, sendo uma exclusão inconsciente e por vezes sutil. O mito da democracia racial, como disserta Ribeiro (1996, p. 226),

dilui a negritude numa vasta escala de degradações, que quebra a solidariedade, reduz a combatividade, insinuando a idéia de que a ordem social é uma ordem natural, se não sagrada (...) [ela] dá uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido.

O preconceito no Brasil é visto, por uma boa parte da população, como uma discriminação social, ou seja, entre as classes. Esse é um dos grandes problemas que o Movimento Negro e Indígena enfrenta. Mostrar para a população que o preconceito no Brasil é étnico-racial é um dos grandes desafios na luta contra a desigualdade. Segundo Hasenbalg (1995, p.362), “a ausência, no Brasil, de guetos raciais nitidamente delineados tem levado com frequência à ideia de que existe nos espaços urbanos uma segregação residencial das classes sociais, mas não dos grupos raciais”. Dessa forma, a desigualdade entre negros e brancos fica silenciada.

A história e os indicadores, que segundo Hasenbalg (1995) foi o que destruíram a imagem de democracia racial no mundo acadêmico, mostram as imensas desigualdades sociais entre negros e brancos. Segundo os dados de 2005 do IPEA (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada), cerca de 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto 43% da população negra, sendo o dobro da população branca, encontrava-se na mesma situação. No caso de indigência, enquanto 7% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual sobe para 19% da população negra.

No que diz respeito ao acesso à educação, segundo o IPEA, cerca de 16,8% dos negros maiores de 15 anos eram analfabetos, contra apenas 7,1% para os brancos. De acordo com a reportagem da *Folha Dirigida Online* (2008):

O número de homens e mulheres negras nas escolas cresceu entre 1996 e 2006, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada), divulgada nesta terça-feira. Mesmo assim, a diferença entre brancos e negros continua alarmante. Segundo o instituto, no ensino fundamental a taxa de brancos e negros matriculados é quase a mesma (95,7% e 94,2%, respectivamente), mas conforme o nível sobe, crescem as desigualdades. No ensino médio, enquanto mais da metade dos brancos está na escola (58,4%), apenas 37,4% dos negros têm acesso ao estudo.

Apesar de democratizar o acesso à escola, a educação ofertada nas últimas décadas está caracterizada pela desqualificação do ensino público, onde alunos de escolas particulares passam a ter mais oportunidade de seguir seus estudos e ingressar na universidade em relação aos alunos de escolas públicas. Segundo Marques (2000, p.66):

As diferenças entre o desempenho dos alunos do ensino público e do ensino privado vêm colocar em evidência as desigualdades educacionais existentes no país (...) a democratização do acesso à escola não teve como resultado a democratização do saber, mas veio reforçar o “apartheid” social brasileiro pela escola.

Além disso, a escola brasileira carrega em seus currículos conteúdos que não valorizam a riqueza e a pluralidade cultural existente no país, se limitando a trabalhar com conhecimentos científicos, visto como universais. Gonçalves afirma que as funções da escola na sociedade capitalista são a reprodução cultural e social, reproduzindo por diversas formas a cultura e o conhecimento da classe dominante.

Considerações finais

Como podemos observar ao longo do trabalho, o panorama teórico sobre a diversidade cultural estabelece que a pluralidade de culturas é uma importante ferramenta para o enriquecimento pessoal e social do indivíduo, sendo um instrumento valiosíssimo na educação. Sendo assim, se encontra na pauta das principais discussões a construção de uma educação que valorize a cultura do aluno e a formação de práticas educativas que sejam livres de preconceitos.

As identidades, nos atuais estudos, são vistas como construções sociais e que não são estáticas e únicas, podendo os indivíduos assumir identidades diferentes em diferentes momentos. Num mundo onde as tecnologias avançam rapidamente, cada vez mais, a sociedade se diversifica surgindo novas possibilidades de construção da identidade. Nesse caminho, os educandos devem estar livres para se identificar e assumir essas identidades.

Ressalta-se que a educação para além de reconhecer as diversas identidades e culturas deve promover o diálogo entre as diferentes formas de ver o mundo, possibilitando a formação do sentimento de solidariedade, respeito e tolerância entre os alunos. Dessa forma, numa sociedade, onde cada vez mais a população vem se diversificando e se miscigenando, a educação intercultural se torna fundamental para a luta contra “os novos racismos”, a intolerância e a xenofobia.

Referências

- ANDRÉ, J.M. *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagem em tempos de globalização*. Coimbra: Editora Ariadne, 2005.
- ARAÚJO, S.A. *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. Dissertação de mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta, 2008.
- BADER, V.M. *Racismo, Etnicidade, cidadania: reflexões sociológicas e filosóficas*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- BANKS, J. A. *An introduction to a multicultural education*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1994.
- CABECINHAS, R. *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, Braga, 2002.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, PORTUGAL. *Relatório de imigração, fronteiras e asilos*. Retrieved from <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>, 2009
- GONÇALVES, L.A., & SILVA, P.B. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LAGOA, R.N.d.S. *Unidade e diversidade na escola: contributos para o estudo da educação intercultural*. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro, 1995
- MARTINS, A.S. *A escola e a escolarização em Portugal: representações dos imigrantes da Europa do Leste*. Universidade Aberta, Lisboa, 2008.
- NASCIMENTO, A. *O quilombismo*. Rio de Janeiro: OR Editor Produtor Editor, 2002.
- PEROTTI, A. *Apologia do intercultural*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural/Ministerio da Educação, 1997.
- TOURAINÉ, A. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- UNESCO. *Tolerancia: limiar da paz*. Lisboa: Ministério da Educação, 1995.
- UNESCO. *Diversidade Cultural*. Retrieved 5 de dezembro, 2010, from http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=17, 2009
- UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/image/0012/001271/127160por.pdf>, 2002

WIEVIORKA, M. *Nove Lições de sociologia: como abordar o mundo em mudança?* Lisboa: Teorema, 2008.

Resumo: O presente artigo faz parte de uma pesquisa iniciada em 2010 no âmbito do mestrado em Ciências da Educação na Universidade Aveiro e pretende ao longo do trabalho criar um panorama teórico sobre as atuais discussões acerca da diversidade cultural e da escola, tendo como objetivo principal desenvolver uma reflexão e compreensão sobre as principais ideias e analisar os desafios e a importância da educação intercultural.

Palavras-chave: Diversidade; Educação Intercultural; Identidade.

Abstract: This article is part of a research started in 2010 under the Masters of Science in Education at the University of Aveiro and intends throughout the work to create a theoretical background on the current discussion about cultural diversity and the school, having as main objective to develop a reflection and understanding of the main ideas and analyze the challenges and importance of intercultural education.

Keywords: Diversity; Identity; Intercultural Education.